**Súmula da Audiência Pública nº 08/2014**

Trata-se de Audiência Pública relativa à minuta do Edital da Chamada Pública para contratação de capacidade de transporte de gás natural nº 01/2014-ANP referente ao gasoduto Itaboraí-Guapimirim e à correspondente planilha de cálculo tarifário para o gasoduto.

# 1. Data e local da realização

A Audiência Pública nº 08/2014 foi realizada em 15 de julho de 2014, no auditório da ANP, situado à Avenida Rio Branco nº 65 / 13º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

# 2. Composição da mesa

* Diretor da ANP: Helder Queiroz Pinto Júnior
* Presidente da audiência e Superintendente-adjunta da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM): Ana Beatriz S. S. Barros
* Procurador Federal da ANP: Marcelo Pimenta
* Secretário da audiência: Marco Antonio Barbosa Fidelis

# 3. Objetivo

Obter subsídios para a redação final da minuta do Edital da Chamada Pública para contratação de capacidade de transporte de gás natural nº 01/2014-ANP referente ao gasoduto Itaboraí-Guapimirim e para o cálculo da expectativa de tarifa máxima para o referido gasoduto.

# 4. Participantes

Além dos integrantes da mesa, participaram da Audiência Pública 70 (setenta) pessoas, sendo 23 (vinte e três) da própria ANP, 12 (doze) da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, 10 (dez) da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, 5 (cinco) da Transportadora Brasileira Bolívia-Brasil – TBG, 3 (três) do BG Group, 2 (duas) da Transportadora Associada de Gás S.A., 2 (duas) da FIRJAN, 2 (duas) da Techint, e 1 (uma) pessoa de cada uma das seguintes instituições: GasEnergy, Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE, Total Gás e Eletricidade do Brasil Ltda., IHS CERA, Tribunal de Contas da União – TCU, Ministério de Minas e Energia, Repsol Sinopec Brasil, GDF Suez, GDK, Centroprojekt e ABEGÁS.

# 5. Fatos

A audiência foi aberta pela Presidente da Audiência Pública e Superintendente-adjunta da SCM, a Sra. Ana Beatriz S. S. Barros, às 14h07min. A Sra. Ana Beatriz S. S. Barros discorreu sobre procedimentos prévios à Audiência Pública referente à minuta de Edital de Chamada Pública e Planilha de Cálculo Tarifário, e passou a palavra para o Diretor da ANP, Sr. Helder Queiroz, às 14h10min. O Sr. Helder Queiroz discorreu sobre a participação do gás natural no matriz energética do país e fez uma breve análise sobre a demanda e oferta do energético no Brasil, destacando como fundamentais para o crescimento do mercado de gás natural a necessidade de aumentar sua oferta e a criação de um regime de incentivos que permita garantir a atratividade do investimento necessário à infraestrutura de transporte de gás natural. Ressaltou ainda a importância da participação e contribuição dos agentes do mercado no processo de elaboração das normas da Agência.

Em seguida, passou-se novamente a palavra à Presidente da Audiência Pública, às 14h17min. A Sra. Ana Beatriz S. S. Barros deu continuidade à audiência e apresentou os procedimentos e regras a serem seguidas na sua condução, destacando que primeiramente a ANP exporia suas considerações acerca dos comentários recebidos e que, em seguida, seria dada seqüência à apresentação da PETROBRAS, que havia sido inscrita como expositora.

Às 14h19min foi iniciada a exposição do Secretário da Audiência Pública, Sr. Marco Antonio Barbosa Fidelis. O secretário inicialmente salientou que a apresentação não continha todas as sugestões, por questão de tempo, constando da apresentação apenas as mais importantes. O Secretário apresentou a base legal para a elaboração da minuta de Edital da Chamada Pública referente ao gasoduto Itaboraí-Guapimirim em discussão na Audiência Pública, destacando que a licitação para a concessão da atividade de transporte que contemple a construção ou a ampliação de gasodutos é precedida de chamada pública para contratação de capacidade, e que a ANP é a responsável por todas as etapas do processo. Nas palavras da Lei nº 11.909/2009:

*“Art. 3º O Processo de Chamada Pública de que trata o art. 1o será realizado:*

*I - de maneira direta, conduzido pela ANP; ou*

*II - de maneira indireta, conduzido pelo transportador, sob a supervisão da ANP.*

*§ 1º A ANP será a responsável pela elaboração do Edital do Processo de Chamada Pública, podendo, no caso do inciso II, solicitar ao transportador que apresente minuta para este fim.*

*§ 2º A ANP será responsável por todas as etapas do Processo de Chamada Pública, até a sua conclusão, com a assinatura do Termo de Compromisso referido no §3º do art. 5º da Lei no 11.909, de 4 de março de 2009, pelos carregadores interessados na contratação de capacidade de transporte*

*(...)”*

Observou que o MME propôs a construção do Gasoduto de Transporte entre os Municípios de Itaboraí-RJ e Guapimirim-RJ sob o regime de concessão, precedido de licitação (Art. 1º da Portaria MME nº 317, de 13 de setembro de 2013):

*“Art. 1º Propor, mediante provocação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, nos termos do art. 6º do Decreto no 7.382, de 2 de dezembro de 2010, a construção de Gasoduto de Transporte entre os Municípios de Itaboraí e Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, sob regime de concessão precedido de licitação, conforme descrito no Anexo à presente Portaria”*

O Gasoduto de Referência foi encaminhado pelo MME à ANP por meio do Ofício nº 031/2014-SPG-MME, de 15/04/2014.

A seguir, foi apresentada a consolidação dos principais comentários recebidos durante o período de consulta pública e os pareceres da SCM/ANP quanto à sua aceitação, parcial ou total, ou sua rejeição, acompanhados das devidas justificativas. Resumidamente, os principais temas abordados nos comentários e expostos na audiência pública estão apresentados abaixo.

* **Definições:** PETROBRAS sugeriu alteração da definição de “Contrato de Concessão”, substituindo a ANP pelo MME com relação à assinatura do contrato. A sugestão foi acatada em função da delegação de competência à ANP para assinar o contrato de concessão não ter ocorrido. PETROBRAS solicita a inclusão da definição de “Tarifa de Transporte Máxima do Gasoduto de Referência”. O Secretário destacou que a Tarifa de Transporte Máxima já consta das definições, e conforme a seção 9 da minuta de Edital, esta será inicialmente calculada a partir do gasoduto de referência, sendo recalculada a cada redimensionamento do gasoduto de referência.
* **Cronograma da Chamada Pública**: PETROBRAS E IBP sugeriram a inclusão, no cronograma, de: (i) data para a divulgação das respostas aos pedidos de esclarecimento; (ii) Manifestação do MME sobre aumento de capacidade do gasoduto objeto da Chamada Pública e (iii) Nova rodada após manifestação do MME. A sugestão foi acatada, uma vez que as datas não constavam do cronograma. O IBP sugeriu mencionar o Licenciamento Ambiental no cronograma. A este respeito, o Sr. Marco Fidelis esclareceu que o cronograma da licença ambiental é o definido pelo MME no gasoduto de referência, não cabendo menção a este no cronograma das etapas da Chamada Pública. PETROBRAS sugeriu que fosse dividido o item do cronograma de possíveis interações e recálculo da tarifa máxima, justificando que o prazo que está previsto no cronograma seria insuficiente e que deveria haver um prazo de dois dias úteis para os carregadores avaliarem permanência no processo a cada interação. A ANP concorda que a sugestão daria mais transparência ao processo, entretanto, considerando o gasoduto deste processo específico, a sugestão poderia alargar muito o cronograma, levados em consideração todos os fatores envolvidos. Não foi acatada. A sugestão será avaliada para os próximos processos de Chamada Pública.
* **Alterações com o Objetivo de Aperfeiçoamento de Redação:** PETROBRAS sugeriu a correção das referências dos itens 3.5.3, 3.8.1, 3.10.2, 3.17.1 e 8.2.2 da minuta de Edital; e do item 13.5.1 dos TCG. A sugestão foi acatada. TBG sugeriu alteração da redação do item 3.1.8 para deixar mais claro o momento do início da prestação do serviço de transporte, caso a operação do gasoduto não ocorra na data prevista de 1º de junho de 2016. A sugestão foi acatada, com ajustes de redação. PETROBRAS sugeriu textos com melhoria de redação dos itens 3.3.4 e 6.2.3, que foram acatados.
* **Elegibilidade para participação na Chamada Pública:** PETROBRAS sugeriu a exclusão do subitem (b) do item 3.1.2, apresentando as seguintes justificativas: (i) a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação não seria aplicável à presente hipótese, considerando que a Chamada Pública não se trata de procedimento de licitação. A proibição prevista na Lei nº 8.666/93 é de participar em licitação e não em Chamada Pública; e (ii) No que se refere ao impedimento de contratar com a Administração, haveria argumentos para defender a não aplicação de tal vedação ao presente caso, considerando que o carregador não celebra um contrato propriamente dito com a ANP, mas tão somente um Termo de Compromisso. Quem celebrará contrato com a Administração será o transportador (Contrato de Concessão), cabendo ao carregador celebrar Contrato de Transporte com o vencedor da licitação. A sugestão não foi acatada, tendo em vista o entendimento que seria cabível limitar a participação na Chamada Pública das sociedades empresariais que estão impedidas de contratar com a Administração, de modo a evitar que sejam firmados Termos de Compromisso de compra de capacidade, irrevogáveis e irretratáveis, entre a ANP e sociedades empresariais que não tenham executado total ou parcialmente contrato com a Administração. PETROBRAS sugeriu a exclusão do sub-item (b) do item 3.1.3, reiterando seu posicionamento quanto à ilegalidade da vedação à integração vertical da Resolução ANP nº 51/13 e afirmando que atuação da ANP se restringe a questões procedimentais relacionadas à outorga da autorização para exercício da atividade de carregamento e promoção do processo de Chamada Pública de acordo com as diretrizes do MME. A sugestão não foi acatada, uma vez que o processo de Chamada Pública é a forma precípua de acesso ao serviço de transporte firme pelas sociedades e consórcios que irão exercer a atividade de carregamento, de modo que é necessário que o Edital de Chamada Pública e o Termo de Compromisso sejam aderentes às regras estabelecidas para o exercício da referida atividade. Para maiores esclarecimentos quanto à legalidade do Art. 3º da Resolução ANP nº 51/2013, ver os documentos da Consulta e Audiência Pública nº 18/2013.
* **Procedimento para solicitação de capacidade após o teste de viabilidade técnico-econômico:** IBP e PETROBRAS sugeriram, com relação ao item 3.5.4, a adoção de uma das duas opções a seguir: (a) Inclusão de um prazo mínimo de cinco dias para que os Participantes, cujas Manifestações de Interesse não tenham sido habilitadas por apresentarem tarifa inferior à Tarifa de Transporte Máxima do Gasoduto de Referência, após o dimensionamento da capacidade total, possam ofertar nova tarifa, evitando assim, uma exclusão prematura de potencial carregador da Chamada; ou (b) Eliminação da obrigação dos carregadores ofertarem tarifas previamente, sendo que os carregadores devem apenas manifestar concordância (ou não) com a Tarifa Máxima estabelecida pelo dimensionamento do gasoduto de referência a ser realizado pela ANP. A SCM/ANP acatou parcialmente a opção (a), de forma que, no caso em que o valor da Tarifa de Transporte Máxima resultante do recálculo de que trata o item 8.1.4 se situe fora do intervalo previsto no Edital, se repetirá a iteração, facultando aos carregadores habilitados preencher as propostas garantidas para o novo valor de tarifa, tendo como limite os valores de capacidade já preenchidos em suas Manifestações de Interesse.
* **Garantias de Proposta:** Com relação ao item 3.5.6, PETROBRAS sugeriu excetuar da entrega de garantias financeiras os agentes que estejam classificados em escala global, como pelo menos BBB- pela Standard & Poors ou A2 pela Moody’s. A sugestão não foi acatada, uma vez que, de acordo com o item 3.12.1, as Garantias Financeiras para participação da Chamada Pública têm por finalidade assegurar o cumprimento das Propostas Garantidas, de modo a mitigar a ocorrência de eventuais comportamentos oportunistas pelos participantes da Chamada Pública, inclusive os casos em que a solicitação de capacidade não é posteriormente honrada ("*moral hazard*"). Dessa forma, é necessário um mecanismo ágil para a cobrança da garantia de Proposta Garantida, independentemente do risco de *default* financeiro associado à sociedade empresarial ou ao consórcio. TBG sugeriu a devolução das garantias financeiras no caso do cancelamento da inscrição de um participante. A sugestão foi acatada, com alterações, de forma a incluir previsão de o agente arcar com os custos incorridos por sua participação no processo.
* **Data de Início e prazo do Contrato de Serviço de Transporte:** TBG sugeriu aumentar o prazo máximo para contratação do serviço de transporte para 30 (trinta) anos, de forma a adequar o mencionado prazo do Contrato de Transporte Firme com o prazo da Concessão da Atividade de Transporte de Gás. A sugestão não foi acatada, mas a redação será revisada deixar claro que o prazo para a prestação do serviço de transporte a que as solicitações de capacidade se referem é o prazo da operação do gasoduto.
* **Estrutura e Cálculo de Tarifas de Transporte:** TBG sugeriu a inclusão da parcela de custos e despesas fixos no item 9.1.4, conforme estabelecido na Resolução ANP Nº 15/2014 – Art. 8º, Parágrafo Único. A SCM/ANP não acatou a sugestão da TBG, pois, para o caso em tela, o projeto do Gasoduto de Referência do Gasoduto Itaboraí-Guapimirim não permitiu identificar a parcela dos custos e despesas fixas relacionados com a capacidade de entrega. TBG sugeriu corrigir o item 9.2.20, uma vez que o termo referente ao tributo está escrito de maneira equivocada na fórmula. A sugestão foi acatada. TBG sugeriu a inclusão dos custos e despesas pré-operacionais no item 9.1.4. A SCM/ANP não acatou a sugestão da TBG, uma vez que, de acordo com a EPE, na estimação do valor dos Benefícios e Despesas Indireta (BDI), seguindo as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), foram considerados os gastos com despesas financeiras durante o período pré-operacional, seguros e garantias, assim como outros gastos pré-operacionais. Desta forma, a Variação da Necessidade de Capital de Giro diz respeito apenas ao financiamento de despesas e custos durante a etapa de operação do projeto.
* **Anexo VII - Termos e Condições Gerais (TCG)**: TBG solicitou a alteração de duas definições dos TCG: (i) Gás não contado; e (ii) IGP-M. As duas alterações foram acatadas, com ajustes de redação. Com relação ao item 13.1 dos TCG, a TBG sugeriu substituir a norma ANSI B 31.8 pelo Regulamento Técnico de Dutos Terrestre emitido pela ANP. A sugestão foi acatada em função do fato de que o RTDT é mais abrangente e faz menção à norma ASME B31.8, assim como outras normas relevantes. PETROBRAS sugeriu adicionar à cláusula 13.2.2 dos TCG a possibilidade de solicitação, pelo carregador, do adiamento da manutenção programada. A sugestão foi acatada, uma vez que as manutenções programadas podem impactar o serviço prestado aos carregadores. PETROBRAS sugeriu diminuir o valor da garantia financeira atrelada ao contrato de serviço de transporte firme, para o produto de 270 (duzentos e setenta) vezes a quantidade diária contratada pela soma do encargo de capacidade de transporte, do encargo de capacidade de entrada e do encargo de capacidade de saída, de forma a manter a coerência com os TCG já praticados. Não foi acatada, em virtude da posição da Equipe Técnica da SCM de que o valor da garantia deve ser estabelecido de forma conservadora. TBG sugeriu um organismo internacional para regras de resolução de arbitragem, pelo fato de que a arbitragem é instituto de amplo uso na experiência internacional, especialmente no tema de contratos da indústria do petróleo. A sugestão foi acatada, não havendo óbices para a utilização de arbitragem internacional. TBG sugeriu que a instauração de Arbitragem não deveria suspender o cumprimento de qualquer obrigação do Contrato, exceto daquela que tenha sido objeto da controvérsia submetida à Arbitragem. A sugestão foi acatada, com alterações. A posição da Equipe Técnica da SCM é de que o objeto da controvérsia deve ser suspenso, salvo quando a suspensão acarretar risco pessoal ou material de qualquer natureza, em especial no que diz respeito à operação do gasoduto.

A seguir, o Secretário da Audiência Pública, às 14h53min, passou a prestar os esclarecimentos a questionamentos feitos ao longo do processo de Consulta Pública.

Os esclarecimentos foram os seguintes:

* **Sobre se o item 3.2.3, a PETROBRAS questionou se este também se aplica às Propostas Garantidas.** A SCM/ANP: esclareceu que o item 3.2.3 também se aplica às Propostas Garantidas.
* **No tocante ao cronograma constante da minuta de Edital, a PETROBRAS questionou:** “*Se, de acordo com a Portaria MME nº 472/11, o MME tem até 30 dias para se manifestar e o redimensionamento/alocação terminará em 12/09 (5 dias úteis), a Chamada Pública não acabará em 06/10, conforme o cronograma*”. A SCM/ANP esclareceu que o prazo do cronograma reflete apenas um prazo estimado, e não o prazo limite de 30 dias previsto na Portaria MME nº 472/2011.
* **No que diz respeito ao Termo de compromisso, a PETROBRAS fez o seguinte questionamento:** “*Qual é a vigência do Termo de Compromisso, caso o Processo de Licitação tenha êxito?*” O Sr. Marco Fidelis esclareceu que a vigência do Termo de Compromisso é de 2 (dois) anos, encerrando-se quando ocorrer a assinatura do contrato de serviço de transporte. A SCM/ANP propôs a alteração do item 5.1 do Termo de Compromisso para adequar o prazo e retirar a condicionante ao fracasso da licitação.
* **Sobre o cálculo da tarifa de transporte, a TBG solicitou o seguinte esclarecimento:** “*Porque a data de início de apuração foi 2004 e o período de maturação 20 anos? Estes parâmetros não podem trazer distorções nas projeções de juros futuros em função do prazo da concessão? Poderia ser utilizada a taxa de juros de um US Treasury Bond de 30 anos?*” O Secretário da Audiência sustentou que o prazo de maturação dos títulos da dívida norte-americana e o período de apuração dos parâmetros do CMPC não se confundem. O prazo de maturação de 20 (vinte) anos representa o valor adotado nos cálculos tarifários mais recentes (por exemplo, no Gasoduto Urucu-Coari-Manaus). A eleição do período de 10 (dez) anos teve o objetivo de evitar que observações muito distantes no tempo contaminassem excessivamente o valor do parâmetro estimado, tendo sido o período eleito considerado pela equipe técnica da SCM/ANP uma série robusta o suficiente de dados para a determinação do valor inicial do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) do projeto.
* **Ainda sobre o cálculo da tarifa de transporte, a TBG teceu o seguinte comentário acerca do item 9.2.13:** “*Se o prazo médio de concessão dos gasodutos é em torno de 30 anos, a análise para a taxa de inflação implícita nos títulos deve se referenciar em títulos de 30 anos*” A este respeito o Sr. Marco Fidelis esclareceu que a escolha de títulos com prazo de maturidade de 20 (vinte) anos para os títulos indexados e não-indexados procurou adotar a mesma categoria de títulos utilizada na apuração da taxa livre de risco, além de ser a método adotado nos cálculos tarifários mais recentes aprovados pela ANP.
* **No tocante ao processo de revisão das tarifas de transporte, a TBG realizou o seguinte pedido de esclarecimento acerca do item 9.5.8:** “*O intervalo mínimo a ser considerado para a revisão tarifária é o mesmo a que se refere o item 9.5.10 da Minuta (cinco anos), ou a solicitação da revisão de que trata este item poderá ser solicitada a qualquer tempo?*” O Sr. Marco Fidelis informou que a revisão do valor da Tarifa de Transporte por motivo de inclusão de novos bens e instalações, desde que tal investimento tenha sido previamente aprovado pela ANP, ocorrerá por ocasião da sua solicitação, não se confundindo com o processo de revisão periódica da Tarifa de Transporte de que trata o item 9.5.10 da minuta de Edital de Chamada Pública.
* **Ainda com relação ao tema de revisão de tarifas de transporte, a TBG fez o seguinte questionamento:** “*A revisão de que trata este item tem restrição de alguma natureza? Tal revisão poderá contemplar mudanças macroeconômicas, tecnológicas e/ou investimentos em melhorias da operação desde que que devidamente aprovados pelo órgão regulador?*” O Sr. Marco Fidelis informou que o escopo da revisão é tratado no item 9.5.11 e se restringe a atualizar o valor da Taxa de Retorno do projeto em razão de mudanças macroeconômicas e de mercado prevalecentes no momento da sua revisão.
* Com as considerações acima elencadas, a apresentação da ANP, realizada pelo Secretário da Audiência Pública, encerrou-se às 14h59min.

Em seguida, às 15h00min, a Presidente da Audiência Pública abriu espaço para a apresentação da expositora inscrita, a Sra. Joyce Perin Silveira, representante da PETROBRAS.

A Sra. Joyce Perin Silveira reiterou o posicionamento da PETROBRAS em relação à vedação da participação cruzada, de que o caminho adotado pela ANP para implementar a vedação à participação cruzada não foi muito adequado, uma vez que não há previsão legal tanto na Lei do Gás, que não restringe a participação cruzada, como também na Lei 9.478, a Lei do Petróleo, que prevê, inclusive, que a Petrobras constitua subsidiária para operar e construir seus dutos para transporte de gás. Em relação ao teste de viabilidade, a Sra. Joyce Perin Silveira afirmou que era uma preocupação da PETROBRAS com uma possível exclusão caso não fosse feito adequadamente um cálculo da tarifa que poderia chegar pós-dimensionamento, mas considerou que o assunto foi esclarecido na apresentação da ANP, no sentido que será dado prazo para que o carregador possa se manifestar.

A Sra. Joyce Perin Silveira abordou a questão do aporte das garantias financeiras na análise da proposta garantida, que não foi acatada pela ANP a sugestão da PETROBRAS, acrescentando que a preocupação não é só diz respeito a *default* financeiro, mas a PETROBRAS reitera que ao ter um *rating* perante as agências de crédito, também não há incentivos para a ocorrência do tipo de comportamento oportunista que a ANP deseja evitar. A dispensa de apresentação de garantia facilitaria a entrada na Chamada Pública, uma vez que não haverria a necessidade de se recorrer a seguradoras, passando por todo um trâmite para obtenção das aprovações.

Em relação ao termo de compromisso, a Sra. Joyce Perin Silveira informou que a área financeira da PETROBRAS questionou alguns pontos, sendo que um deles já foi esclarecido, tendo restado apenas uma dúvida: A ANP definiria uma data para assinatura do contrato antes do edital de chamada pública?

O secretário da Audiência Pública respondeu ao questionamento dizendo que não há como determinar com certeza uma data para assinatura do contrato. Desse modo, o Termo de Compromisso tem o período de vigência de dois anos. A vigência da garantia tem que acompanhar o período de vigência do termo de compromisso.

A Sra. Joyce Perin Silveira questionou então sobre a questão da transferência da garantia do Termo de Compromisso para o contrato de serviço de transporte.

O secretário da Audiência Pública respondeu ao questionamento, afirmando que se houvesse a possibilidade de transferência da garantia do Termo de Compromisso para o contrato de serviço de transporte, seria um procedimento menos burocrático, caso elas fossem compatíveis. Mas caso não houver, tem que ser realizado o aporte de nova garantia e devolução da anterior.

A Sra. Joyce Perin Silveira prosseguiu a apresentação, abordando o tema do prazo para as iterações e solicitações de capacidade. Foi exposto que a PETROBRAS fez uma análise crítica com relação a prazo de cinco dias úteis, considerando que podem ocorrer dez interações e observando que se houver alguma alteração grande em tarifa, nas interações, há prazos internos da companhia que requereriam aprovações para novas solicitações de capacidade.

Por fim, a Sra. Joyce Perin Silveira observou que no TCG, no item 10.2.1, está dito que a medição vai ser feita no agente a montante, ou seja, na UPGN. Nesse caso, o transportador não será, em qualquer hipótese, responsável pela realização de tais medições ou obtenção de tais informações. Entretanto, conforme a Sra. Joyce Perin Silveira atentou, haveria uma redundância com relação à obrigação da construção de equipamentos de medição estabelecida no gasoduto de referência.

O secretário da Audiência Pública afirmou que o questionamento será respondido em 72 (setenta e duas) horas, por meio de publicação no sítio da ANP na Internet.

A Sra. Joyce Perin Silveira encerrou sua apresentação às 15h10min. A seguir, a Presidente da Audiência Pública passou a palavra para o Sr. Rogério Santana, representante da Transportadora Associada de Gás - TAG.

O Sr. Rogério Santana se identificou como advogado da TAG e iniciou seu pronunciamento afirmando que a maior preocupação da transportadora é em relação ao item 3.1.3 do Edital da Chamada Pública, que traz uma limitação à participação cruzada entre o controlador e o controlado. Na visão da transportadora, essa limitação acaba não contribuindo para uma expansão do mercado, e não encontra respaldo na legislação, na medida em que o Art. 65 da Lei do Petróleo incentivou a Petrobras a constituir uma subsidiária para desenvolver atividade de transporte de gás.

O Superintendente da SCM, Sr. Cesário Cecchi, pediu a palavra, às 15h13min, e, tendo sido esta concedida pela Presidente da Audiência Pública, observou que, em adição às palavras ditas pelo Diretor da ANP, Sr. Helder Queiroz, no início da Audiência Pública, faria mais uma citação, a título de contribuição. O Sr. Cesário Cecchi ponderou que, na sua trajetória de 15 anos da ANP para promover o efetivo crescimento da indústria de gás natural, uma das maiores dificuldades que a ANP tem enfrentado é a resistência à criação de um mercado mais aberto por parte do agente dominante.

Às 15h14min, a Presidente da Audiência Pública passou a palavra para o Sr. Rivaldo Neto, representante da ABRACE. O Sr. Rivaldo Neto não realizou uma apresentação formal, sendo que, primeiramente, registrou a aprovação da ABRACE com relação às ações da ANP para implementar e avançar com o novo modelo instituído pela Lei do Gás. Em seguida, questionou se ocorreriam novas Chamadas Públicas para os gasodutos autorizados cujos contratos de transporte vierem a se encerrar. Questionou também por que não haverá período de exclusividade para o gasoduto, conforme Portaria que o MME publicou no final do ano passado.

O secretário da Audiência Pública respondeu ao primeiro questionamento, afirmando que, no caso dos gasodutos autorizados, embora existam contratos e serviço de transporte que eventualmente venham a se encerrar em um futuro próximo, o prazo da autorização não se encerra no mesmo prazo, tendo a Lei do Gás estendido o prazo de validade da autorização por 30 anos a partir da publicação da Lei. Dessa forma, serão realizadas Chamadas Públicas promovidas indiretamente pelo transportador.

O Sr. Aldo Cores Jr., representante do MME, manifestou-se em relação ao período de exclusividade, afirmando que o mesmo é determinado caso a caso, estando relacionado com a proteção aos carregadores iniciais, que tomam risco para desenvolver determinado mercado.

Às 15h19min, a Presidente da Audiência Pública passou a palavra para o Sr. Rogério Marques, representante da PETROBRAS, que complementou a apresentação da PETROBRAS, ressaltando, com relação à isenção da apresentação de garantias na proposta garantida, no termo de compromisso e depois na celebração do contrato, que determinados carregadores têm *rating* às vezes até melhor do que as próprias seguradoras. Afirmou que a isenção da apresentação de garantias também é desejável pelo aspecto de redução de custos, uma vez que contratar essas garantias tem um custo e que esse custo certamente vai ser refletido no valor do gás que vai chegar no mercado. Por fim, o Sr. Rogério Marques solicitou uma reavaliação deste tema pela ANP.

A Presidente da Audiência Pública informou que a questão será analisada e a resposta disponibilizada em 72 horas, e passou a palavra para o Sr. Gustavo Carvalho.

O Sr. Gustavo Carvalho, às 15h21min, se identificou como consultor e manifestou apoio às providências tomadas pela ANP.

Às 15h22min, a Presidente da Audiência Pública passou a palavra para o Sr. André Penha, representante da GDK, que questionou se haveria um estrangulamento do cronograma de implementação, caso o processo de contratação de capacidade não ocorrer até final do semestre de 2015.

O secretário da Audiência Pública respondeu afirmando que os processos de Chamada Pública e licitação são distintos, sendo que o processo de contratação de capacidade precede a licitação e irá modificar o projeto do gasoduto com relação às preferências dos carregadores.

Às 15h22min, a Presidente da Audiência Pública passou a palavra para o Sr. Dean Willian, representante da PETROBRAS, que se manifestou, em contraponto com o tema que foi abordado pelo Sr. Cesário Cecchi. O Sr. Dean Willian afirmou que, ao contrário do que foi dito, a PETROBRAS jamais quis restringir o mercado de forma alguma. Afirmou também que o duto em análise foi provocado pela PETROBRAS, que tem a rota 3 ancorada nesse gasoduto. O Sr. Dean Willian manifestou que é uma grande preocupação da PETROBRAS a proibição de participação de uma transportadora que já está estabelecida, na eventualidade de nenhuma empresa se apresentar para participar da licitação.

Às 15h26min, a Presidente da Audiência Pública passou a palavra para a Sra. Elisaura Fernandes, que se identificou como advogada da TBG e reiterou a posição adotada por alguns agentes presente na Audiência Pública em relação à Resolução 51/2013.

A palavra foi repassada à Sra. Ana Beatriz S. S. Barros. Após perguntar a todos os presentes se havia mais alguém que gostaria de se pronunciar, não tendo havido nenhuma manifestação, a Presidente da Audiência Pública informou que as questões apresentadas vão ser perfeitamente analisadas e as respostas, assim como as apresentações feitas na Audiência, disponibilizadas em 72 horas por meio de publicação no sítio da ANP na Internet complementando o que for necessário, e encerrou a cerimônia às 15h30min.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2014.

**Ana Beatriz S. S. Barros**

Superintendente-adjunta de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus

Derivados e Gás Natural - SCM

Presidente da Audiência Pública

**Marco Antonio Barbosa Fidelis**

Especialista em Regulação da Superintendência de Comercialização e

Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural - SCM

Secretário da Audiência Pública